Relatório da pesquisa sobre "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)"

Gestão: "Aqui se respira luta!" (2021-2022)

ELABORAÇÃO: Tales Fornazier[1], Sheila Dias[2], Loiva Machado[3], Leonardo Alves[4], Rosicler Lemos[5] e Andréia Rocha[6].

[1] Doutorando em Serviço Social (PUC SP). Discente nacional de pós-graduação da ABEPSS (2021-2022).
[2] Professora do curso de Serviço Social (UFOP). Suplente docente da diretoria nacional da ABEPSS (2021-2022).
[3] Professora do curso de Serviço Social (UFRGS). Pesquisadora do GTP ampliado "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades".
[4] Doutorando em Serviço Social (UFRJ).
[5] Doutoranda em Serviço Social (UNESP-Franca). Discente regional de pós-graduação da ABEPSS (2021-2022).
[6] Professora do curso de Serviço Social (UEL).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 3

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO..... 7

3 INFORMAÇÕES SOBRE O CORPO DOCENTE 12

4 INFORMAÇÕES SOBRE VAGAS E SISTEMAS DE COTAS 19

5 INFORMAÇÕES SOBRE O CORPO DISCENTE..... 21

6 INFORMAÇÕES SOBRE LINHAS DE PESQUISA E DISCIPLINAS 26

7 INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES EXTRAS, PRODUÇÕES DE DISSERTAÇÕES E TESES 30

8 ALGUMAS ORIENTAÇÕES ACADÊMICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICAS PARA O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL 32

REFERÊNCIAS 34

1. INTRODUÇÃO

"O que os colonizadores não entenderam foi a profundidade das nossas alianças. Quando nos arrastaram da África para os portos do Haiti, Jamaica, Cuba, Mississipi e Brasil, não sabiam que nossos corações separados continuaram a bater como se estivessem em um só corpo. E que nossas vozes, mesmo fraturadas, continuariam cantando em uníssono".

Extrato do livro: Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe!
Organizado por Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. White

A ABEPSS, especialmente nas últimas gestões, vem contribuindo significativamente na construção e fortalecimento do debate acerca das relações étnico-raciais, se posicionando firmemente e construindo subsídios para avançarmos numa formação efetivamente antirracista. Em 2010, a entidade criou o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades", que tem como propósito avançar em produções e pesquisas na área do Serviço Social, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação. O GTP reúne pesquisadoras e pesquisadores de diferentes escolas de formação em diferentes regiões do país, possibilitando dessa forma o aprofundamento e capilaridade do debate e ações.

Com base em construções anteriores e considerando a necessidade de preencher a significativa lacuna ainda existente no campo do debate étnico-racial, a gestão *Aqui se Respira Luta* (2021-2022), a partir dos documentos já produzidos pela entidade, em especial os "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social"[7] e "As cotas na pós-graduação: orientações da Abepss para avanço do debate"[8], ambos elaborados pela gestão "Quem é de luta resiste" (2017-2018), elencou o debate étnico-racial como uma das pautas prioritárias no planejamento nacional. É importante destacar que esta gestão (2021-2022), desde sua concepção ainda enquanto chapa, assumiu o compromisso as lutas dos povos negros, indígenas, quilombolas, bem como outras pautas anti-opressões, conforme pode ser observado na plataforma da chapa disponível no site da entidade[9].

[7] Disponível: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf.

[8] https://www.abepss.org.br/noticias/ascotasnaposgraduacaoorientacoesdaabepssparaoavancododebate-97

[9] https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/aqui-se-respira-luta(1)-20201230202157143514O.pdf

No planejamento nacional no início de 2021, o compromisso com o avanço e fortalecimento do debate étnico-racial, no âmbito da graduação e da pós-graduação, foi assumido pela gestão enquanto necessário para a reafirmação da direção emancipatória construída pelo Serviço Social renovado nas últimas décadas, que tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) a bússola que orienta a formação acadêmico-profissional na área, a qual pressupõe uma formação que possibilite a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, compreensão sobre a formação sócio histórica e suas particularidades no país e, nesse entorno, apreensão das demandas postas à profissão no contexto das relações sociais (ABEPSS, 1996).

Nesse processo, elencamos alguns eixos prioritários no âmbito da pós-graduação, que se constitui em frentes que estão diretamente integradas, não podendo ser consideradas isoladamente da lógica do projeto de formação/profissão, que expressam determinações democráticas historicamente construídas no Serviço Social. Dentre esses eixos, construímos a Comissão Temporária de Trabalho (CTT) **"Formação antirracista e promoção da igualdade étnico-racial"**, a qual é composta por integrantes da gestão, pesquisadoras/es negras/os, indígenas e quilombolas convidadas/os, bem como pesquisadoras/es do GTP ampliado[10], e esta Comissão realizou diversas ações no sentido do fortalecimento da formação antirracista no Serviço Social, das quais destacamos:

a) o adensamento dos subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, no âmbito da graduação e pós-graduação, dando ênfase à questão indígena;

b) o fortalecimento e implementação de políticas de cotas para acesso e permanência nos PPGs;

c) a orientação para uma ampla revisão programática na estrutura curricular dos programas de pós-graduação em Serviço Social, com a inclusão de autores/as negros/as/es, indígenas e quilombolas nas disciplinas e demais atividades

[10] A presente CTT ficou sob coordenação de três integrantes da gestão "Aqui se respira luta!" (2021-2022): Tales Fornazier (discente nacional de pós-graduação); Sheila Dias (suplente docente da executiva nacional) e Renata Gonçalves (coordenadora de pós-graduação da regional Sul II). Inicialmente, também compuseram a Comissão outras representações discentes regionais de pós-graduação (Sarah Martins - Centro-Oeste, Esdras Tavares - Sul I e Rosicler Lemos - Sul II). No que se refere à convidadas/os externos e/ou representantes do GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades" ampliado, participaram da CTT: Maria Helena Elpídio (UFES), Tereza Martins (UFS e GTP ampliado), Loiva Mara de Oliveira Machado (UFGRS e GTP ampliado), Andréia Rocha (UEL), Wagner Amaral (UEL), Elizângela Cardoso / Eliz Pankararu (UFPE), Gilza Ferreira (UEL), Marli Araújo (UFAL), Leonardo Dias (UFRJ) e João Paulo da Silva Valdo (UFRJ).

programáticas contribuindo, assim, para a ruptura do apagamento da produção intelectual negra e indígena;

d) a construção de uma Plataforma Antirracista no site da ABEPSS[11], que servirá como espécie de um repositório com indicação de bibliografias sobre a questão étnico-racial por matérias/áreas;

e) realização de mapeamento sobre o debate da questão étnico-racial no âmbito da pós-graduação na área.

Destarte, dentre as diversas ações realizadas, destacamos a pesquisa junto aos Programas de Pós-graduação (PPGs) da área do Serviço Social ***"A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito do programa nos últimos cinco anos (2017-2022)"***, cujo objetivo foi compreender como está sendo realizado o debate étnico-racial no interior dos programas. Com base nesta pesquisa realizada, a ABEPSS poderá continuar avançando, a partir da realidade concreta dos PPGs, na proposição de ações e orientações que fomentem essa discussão, tendo em vista não apenas que esta foi uma pauta prioritária construída no planejamento desta gestão, mas também o compromisso permanente da entidade em contribuir com uma formação antirracista, anticapitalista, antissexista, antilgbtqia+fóbica.

No que se refere à metodologia utilizada para a pesquisa, esta se deu por meio da elaboração e aplicação de um questionário organizado na plataforma do *Google Forms*, composto por perguntas abertas e fechadas, de natureza objetiva e dissertativa, o qual foi encaminhado por e-mail às/aos coordenadoras/es dos 36 Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e maio de 2022 e possibilitou informações de 35 dos 36[12] PPGs, o que significa um alcance de 97,22% dos Programas da área.

Os dados coletados evidenciam a diversidade presente na forma de organização curricular dos PPGs, considerando a estruturação das linhas de pesquisa, das disciplinas ofertadas, constituição dos acervos bibliográficos, composição das equipes de trabalho,

11 Disponível em: https://www.abepss.org.br/sugestoesdemateriais-95.

12 Cabe destacar que dos 36 programas existentes no âmbito da Pós-Graduação na área de Serviço Social, apenas 1 não respondeu ao presente levantamento: o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, vinculado à Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM) em razão do contexto de ampla demissão pelo qual passou o curso de Serviço Social da referida instituição, motivo inclusive de nota publicada pela ABEPSS que encontra-se disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-de-solidariedade-aos-docentes-da-emescam-20211207150051915338O.pdf.

considerando as relações étnico-raciais e vagas de ingresso discente nos PPGs. Cabe destacar que ao longo do texto é utilizada a denominação negros e negras, de acordo com a classificação do IBGE, que se refere ao conjunto de pessoas pretas e pardas.

Ressaltamos que este é mais um esforço coletivo que evidencia que a ABEPSS tem avançado no debate das relações étnico-raciais, compreendendo a relação entre as lutas anticapitalista, antirracista, antissexista e demais sistemas de opressão e dominação, reconhecendo a urgência deste debate no contexto da formação graduada e pós-graduada, bem como do trabalho profissional – numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação, coerente com a lógica do projeto defendido hegemonicamente pela categoria.

É fundamental destacarmos ainda, que o material aqui apresentado trata-se de uma primeira aproximação aos dados coletados junto aos PPGs da área acerca do debate étnico-racial, carecendo de aprofundamento, debates e pesquisas futuras que possam ampliar ainda mais o olhar para o campo da pós-graduação. Inclusive, sinalizamos enquanto CTT, que durante todo o período de trabalho realizado na atual gestão e, sobremaneira, durante a análise dos dados apresentados abaixo, o entendimento coletivo é de que este mapeamento junto aos PPGs deve ser o início de um permanente debate na pós-graduação e avaliamos como imprescindível a continuidade dos trabalhos desta Comissão no interior da ABEPSS.

Por fim, também gostaríamos de saudar e agradecer, em nome da Profa Maria Liduina de Oliveira e Silva, coordenadora nacional de pós-graduação (2021-2022), pelo compromisso desta gestão em adensar esse debate que é tão fundamental, urgente e estratégico, dando relevo e realizando esta pesquisa inédita enquanto ABEPSS, no que se refere ao debate étnico-racial no campo da pós-graduação, contando com a participação de quase a totalidade dos PPGs da área. Sem dúvidas, toda a construção durante esse biênio em torno dessa discussão evidencia que respiramos e seguiremos sempre respirando luta!

Coordenação da CTT “Formação antirracista e promoção da igualdade étnico-racial”

Dezembro de 2022

2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Conforme indicado no Documento de Área da CAPES, o Serviço Social (Área 32) conta atualmente com 36 Programas de Pós-graduação (PPGs) no Brasil, sendo 20 (55,6%) com mestrado e doutorado e 16 (44,4%) apenas com mestrado. No que se refere às ênfases da área, o documento aponta as seguintes ênfases dos PPGs: "Serviço Social" (25 programas); "Serviço Social e Políticas Sociais/Política Social" (4 programas); "Serviço Social, Trabalho e Questão Social", "Serviço Social e Direitos Sociais", "Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios" e "Serviço Social e Desenvolvimento Regional" (1 programa cada). Nesse universo, há três programas que não contemplam "Serviço Social" em sua nomenclatura, sendo o PPG de "Políticas Públicas e Desenvolvimento Local", "Política Social e Direitos Humanos" e, por fim, "Economia Doméstica" (BRASIL, 2019).

Destes programas, 30 (83,3%) estão vinculados a instituições públicas e 6 (16,7%) estão vinculados a instituições privadas/comunitárias, ademais, a atual distribuição dos PPGs por regional[13] da ABEPSS, se dá da seguinte forma: 5 (13,9%) na região Norte; 10

[13] As regionais da ABEPSS se distribuem da seguinte forma: NORTE - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins; NORDESTE - Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe; CENTRO- OESTE - Distrito Federal, Goiás, Mato- Grosso; LESTE - Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; SUL I - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e SUL II - São Paulo e Mato Grosso do Sul.

(27,8%) na Nordeste; 3 (8,3%) na Centro-Oeste; 9 (25%) na Leste; 6 (16,7%) na Sul I e 3 (8,3%) na regional Sul II. No que se refere à nota dos programas da área, destaca-se que 11 (31,43%) foram avaliados com nota 3; 11 (31,43%) avaliados com nota 4; 4 (11,43%) avaliados com nota 5; 5 (14,29%) com nota 6 e 1 (2,86%) avaliado com nota 7. Importante frisar também que há 3 Programas (8,57%) que ainda não foram avaliados até o momento que ocorreu este mapeamento (ABEPSS, 2022).

Figura 1: Programas de Pós-Graduação da área que participaram da pesquisa

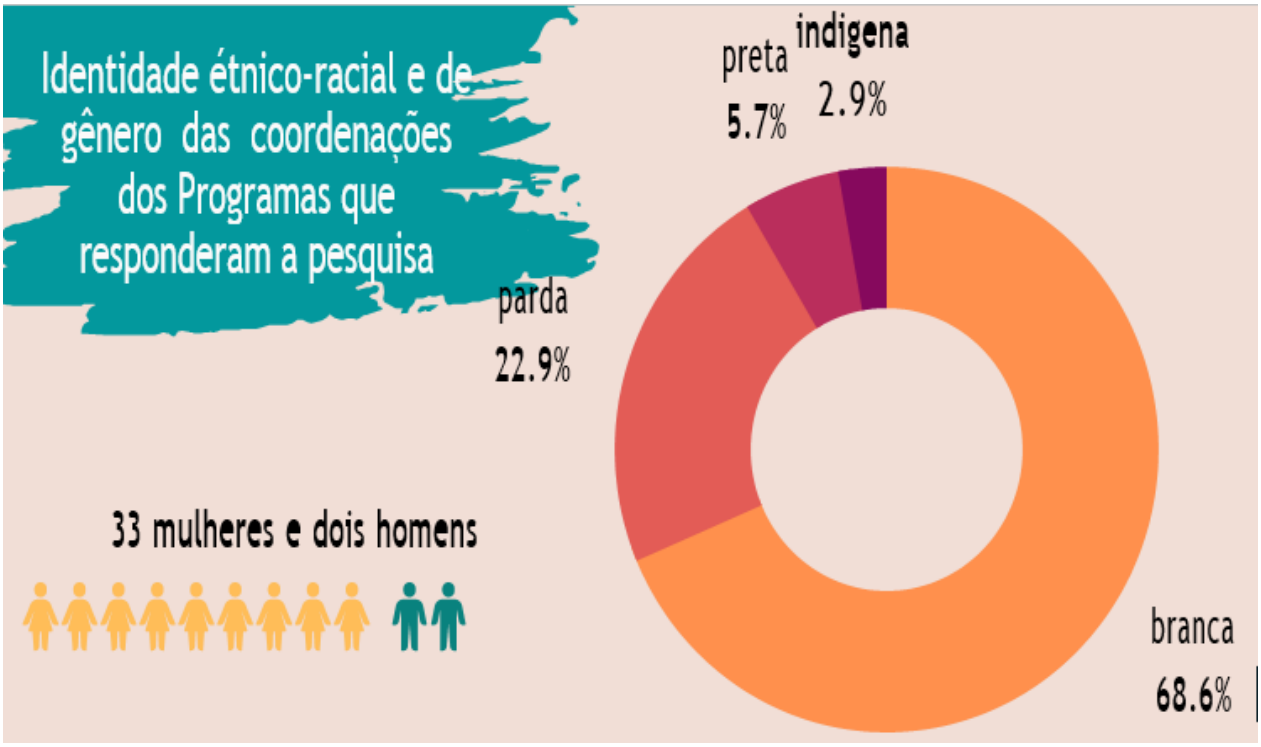
Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Conforme mencionado anteriormente, desse universo total de 36 PPGs na área, tivemos a participação de 35 programas, o que corresponde a um alcance de 97,22%, dos quais 23 (65,71%) funcionam em IES de natureza pública federal, 7 (20%) em IES públicas estaduais e 5 (14,9%) em IES privadas. As respostas ao questionário foram enviadas pelas coordenações destes PPGs, das quais 15 (42,86%) indicam estar nesta função há cerca de 3 a 4 anos; 10 (28,57%) informam estar de 1 a 12 meses; 8 (22,86%) de 1 a 2 anos; e 1 coordenadora menciona ocupar essa função em um período aproximado de 5 anos.

É importante destacar também a autodeclaração étnico-racial das/os coordenadoras/es que responderam à pesquisa, cuja prevalência é majoritariamente branca, tendo em vista que 24 (68,57%) se autodeclararam brancas/os, 8 (22,86%)

pardas/os, 2 (5,71%) pretas/os e somente 1 (2,86%) se reconhece como indígena. Ademais, das 35 coordenações na área, 33 são mulheres e 2 homens.

Figura 2: Perfil docente das coordenações dos Programas de Pós-Graduação



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Esse dado de realidade reafirma a coerência e posição acertada da ABEPSS na luta não apenas pela continuidade da Lei de Cotas para a graduação, mas também o incentivo à adesão de cotas para o ingresso discente nos programas de pós-graduação, bem como para o ingresso de docentes quilombolas, negros/as e indígenas, compreendendo que esta também é uma luta imprescindível à construção de uma universidade cada vez mais plural, diversa e democrática.

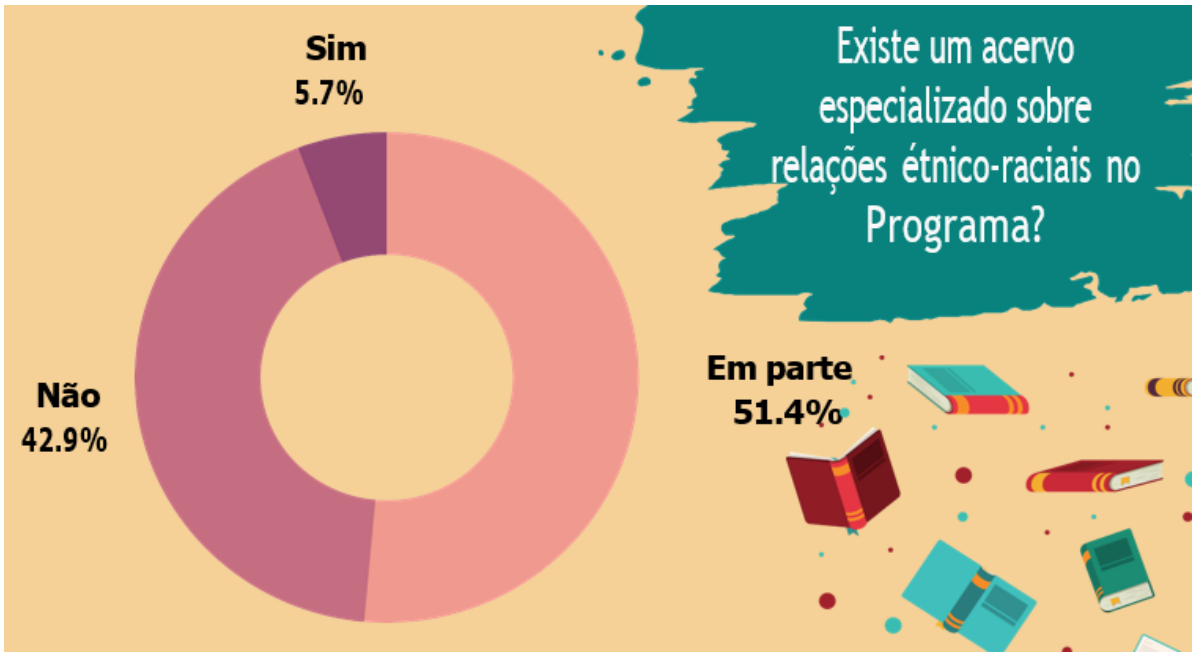
Ademais, esse dado também explicita a dinâmica do racismo no Brasil, o qual se expressa concretamente como desigualdades para as populações racializadas, em todos os âmbitos da vida social, impactando na ausência de pessoas negras, indígenas e quilombolas em espaços de representação e prestígio.

> Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca, em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis. (ALMEIDA, 2014, p. 134).

Nesse sentido, é fundamental compreendermos que nossa formação sócio-histórica, assentada no colonialismo, no escravismo e no sexismo, construiu um "racismo à brasileira" enquanto estrutural e estruturante das relações sociais nesse território, conformando assimetrias e desvantagens às populações socialmente racializadas, se desdobrando ainda como engrenagem das dinâmicas institucionais, visto que os conflitos étnico-raciais também são parte das instituições nessa sociedade (ALMEIDA, 2018).

Acerca da existência de acervo especializado sobre relações étnico-raciais nos Programas de Pós-Graduação, 18 (51,4%) coordenadoras/es informam que possui parcialmente, 15 (42,9%) afirmam que não possui e somente 2 (5,7%) afirmam possuir o referido acervo no âmbito do PPG, conforme evidencia a figura 3.

Figura 3: Acervo bibliográfico especializado sobre a questão étnico-racial



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Esse dado é bastante provocativo e demanda nossa reflexão, na medida em que a ausência do debate acerca das relações étnico-raciais ou sua apreensão de maneira superficial e fragmentada, causa prejuízos não apenas à direção social do projeto de formação contido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), mas ao serviço oferecido à população usuária nos diversos espaços de trabalho no campo das políticas sociais que, em sua maioria, é constituída de negros e negras.

Ao reconhecermos a questão social como objeto de intervenção profissional não podemos nos furtar da compreensão de que a questão étnico-racial modela a questão

social, configurando-se na sua estrutura, pois “as manifestações do racismo revelam que ele só pode ser apreendido no movimento histórico da sociedade brasileira como produto das relações sociais que envolvem relações de classe no processo de produção e reprodução social” (MARTINS, 2021, p. 34).

As respostas a esta questão evidenciam enquanto tendência uma significativa fragilidade em relação à existência de um acervo específico no interior dos PPGs sobre o debate das relações étnico-raciais, apontando majoritariamente como referência as bibliotecas das universidades para acesso a materiais vinculados a esta temática, o que nem sempre é viável a depender da forma como são constituídos estes acervos.

Por outro lado, parte das/os coordenadoras/es referenciam a existência de materiais, ainda que de forma parcial e/ou em construção, no interior de alguns grupos/núcleos de pesquisa vinculados aos PPGs, bem como relatórios de pesquisa, dissertações, teses e outras produções sobre o debate étnico-racial construídas no interior do Programa. Ademais, também indicam que há docentes que possuem acervos pessoais e que são feitas indicações de materiais em algumas disciplinas e/ou em orientações de dissertações e teses que tratam desta discussão.

> *“Em parte, porque ainda que o Programa não tenha um acervo especializado sobre esse tema, alguns docentes mantém acervo pessoal (físico e digital) que contempla essa discussão”.*
>
> *“Não há um acervo, mas um conjunto de referências bibliográficas que são acionadas pelos docentes nas orientações, disciplinas e pesquisas”.*

Cabe destacar ainda que entre as respostas, observa-se um movimento em ascendência em relação ao avanço do debate étnico-racial no interior dos PPGs, tanto pelo fato de que está havendo mais pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática, mas também porque a própria realidade, bem como o ingresso de estudantes quilombolas, negros/as e indígenas, vem tensionando parte do corpo docente a pesquisar e/ou incorporar essa discussão no interior das disciplinas e outras atividades do Programa.

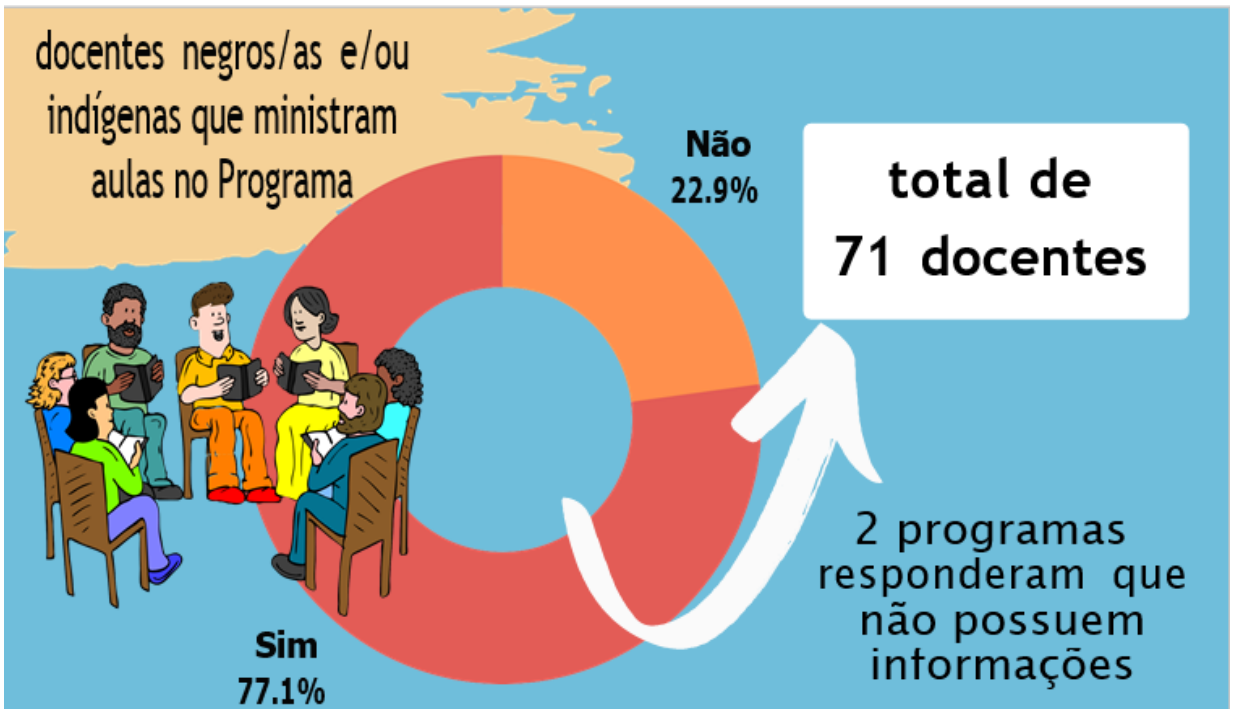
> *“O programa possui docentes que estão incorporando em suas pesquisas, a questão racial e, assim, já observamos o início de um acúmulo de resultados de pesquisas na área”*
>
> *“O acervo está em construção, visto que o Programa [...] é relativamente recente. Por isso, atualmente, os livros já foram adquiridos o acervo está em processo de organização”*

As falas referenciam ainda a importância do aumento de produções na área, bem como o fato de que mesmo não havendo acervo específico no âmbito do PPG, o periódico vinculado ao Programa já produziu algumas edições da revista com essa temática, como pode ser observado na fala *"não dispomos de acervo bibliográfico próprio, mas [...] o periódico científico do Programa, já apresentou números com essa temática"*.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O CORPO DOCENTE

Mediante as respostas dadas pelas/os coordenadoras/es dos 35 programas de pós-graduação da área de Serviço Social que responderam ao questionário, como indica a figura 4, evidencia-se que 27 (77,1%) dos programas de pós-graduação identificam que há presença de docentes negras/os e/ou indígenas; e 8 (22,9%) afirmam não ter docentes negras/os e/ou indígenas nos programas que coordenam, todavia, esse dado requer melhor análise uma vez que as informações descritas não foram disponibilizadas diretamente pelo corpo docente, considerando sua autodeclaração étnico-racial.

Figura 4: Perfil docentes nos Programas de Pós-Graduação



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Esse dado é significativo e merece nossa atenção, fundamentalmente, ao considerar que, atualmente, 50,34% da categoria de assistentes sociais se autodeclaram negras/os (pretas/os e pardas/os) (CFESS, 2022). Também nos indica, aparentemente, que há em curso um processo de ingresso de docentes negras/os, indígenas e/ou quilombolas nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social no Brasil. Todavia, destaca-se que 8 (22,9%) programas não tem vínculo de nenhum/a docente quilombola, negro/a ou indígena e que dois programas não responderam a informação solicitada. É necessário considerar que esse dado, de certa forma, precisa ser analisado em sua totalidade e considerando, principalmente, as particularidades regionais e políticas adotadas nos processos seletivos de docentes no âmbito da Pós-Graduação.

Trata-se de um dado que pressupõe a autodeclaração das/os docentes, e isso fica nítido em algumas respostas encaminhadas pelas/os coordenadoras/es dos respectivos programas, que assinalam a dificuldade de declarar a pertença étnico-racial das/os docentes vinculados aos programas sob suas coordenações. Nesse ínterim, recomendamos a importância de observar as orientações realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS no que tange a "Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia" (EURICO, 2022), e consideramos que nos apropriar desse debate é necessário também para compreender e qualificar a discussão sobre a pertença étnico-racial do corpo docente no âmbito dos PPGs.

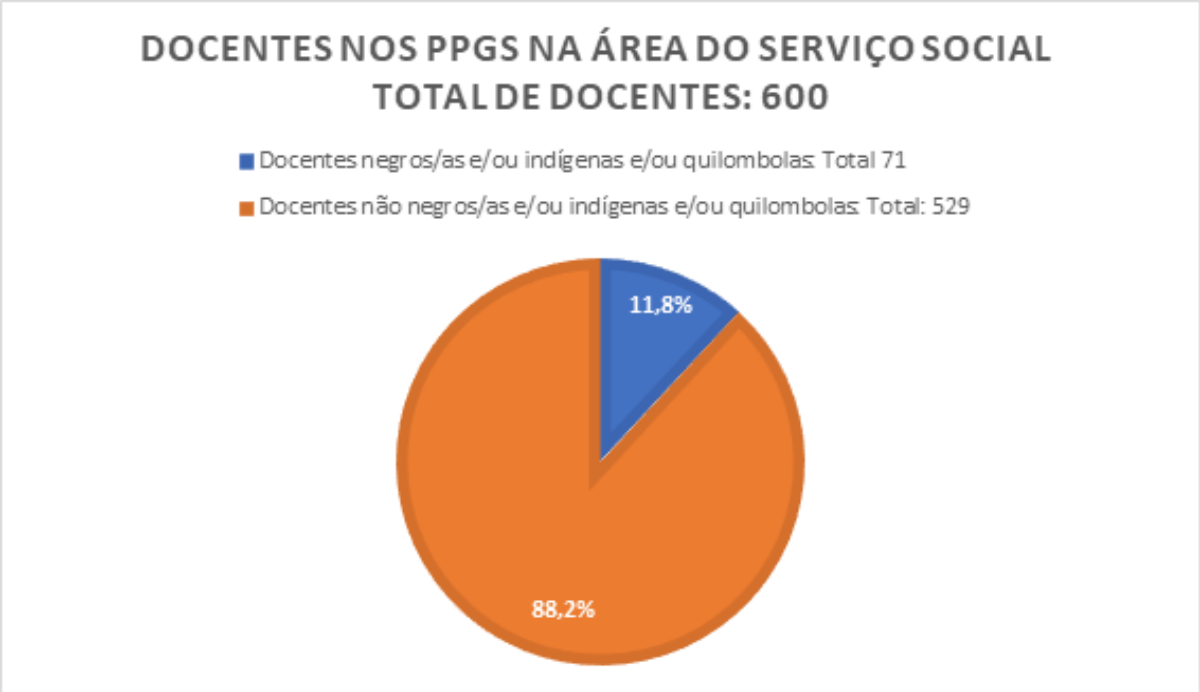
Nessa reflexão aqui apresentada, vamos considerar as respostas que obtivemos por meio do questionário, sem deixar de sinalizar a complexidade que envolve esse dado e a necessidade de realizar uma pesquisa mais ampliada sobre a pertença étnico-racial do corpo docente dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, considerando os processos de autodeclaração. Não podemos negar a relevância desse dado e como ele pode nos servir de indicativo, mesmo com a sua limitação, sobre a pertença étnico-racial materializada nas relações sociais que circunscrevem o cotidiano institucional desses programas a partir do seu corpo docente.

Tendo em vista o fato de que, além dos desafios mencionados acima em relação a indicar o perfil étnico-racial do corpo docente, alguns PPGs não informaram o número total de docentes. Ou seja, mesmo entre aqueles programas que indicaram a quantidade de docentes negros/as, indígenas ou quilombolas, houve alguns que não sinalizaram o número total de docentes, o que dificulta a compreensão desse percentual frente a

totalidade do número de professores/as no referido PPG. Nesse sentido, nesses casos em que não houve indicativo do número total de docentes no programa, realizamos o levantamento da quantidade geral de docentes credenciados/as a partir das informações obtidas nos sites dos respectivos PPGs[14]. Objetivamos assim ter uma aproximação com o panorama geral da pertença étnico-racial negra, indígena e quilombola do corpo docente dos programas, a partir desse universo.

Dessa forma, ao obter o total de docentes, tendo em vista o quantitativo de docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas apontados pelas respostas dadas ao questionário, bem como a partir das pesquisas complementares realizadas nos sites dos PPGs, foi possível observar como é desigual a quantidade de docentes negros/as, indígenas e quilombolas no âmbito dos Programas da área, como indica o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Pertença étnico-racial das/os docentes dos Programas de Pós-Graduação da área



Fonte: Google Forms - Monitoramento ABEPSS 2022 e site dos respectivos PPGs

[14] Cabe sinalizar, obviamente, que esse dado é aproximativo, ou seja, sabemos que possivelmente há PPGs em que a informação sobre o corpo docente credenciado no programa, disponibilizada no site, está desatualizada. Contudo, trata-se de um esforço em conseguir chegar mais próximo da realidade concreta em relação ao quantitativo de docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas frente ao cômputo total de professores/as vinculados/as aos PPGs da área.

Esse levantamento nos permitiu ter o universo de 600 docentes credenciadas/os nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social, a partir das informações dadas pelas/os coordenadoras/es que responderam ao questionário, bem como da pesquisa complementar realizada nos sites dos PPGs, conforme indicado acima. As respostas coletadas nos questionários, indicam que no total temos 71 docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas em todos PPGs da área, o que corresponde somente a 11,8%[15]. Em contrapartida, no que concerne a docentes não-negros/as, indígenas e/ou quilombolas[16], esse quantitativo se refere a 529 docentes, o que significa 88,2% do total.

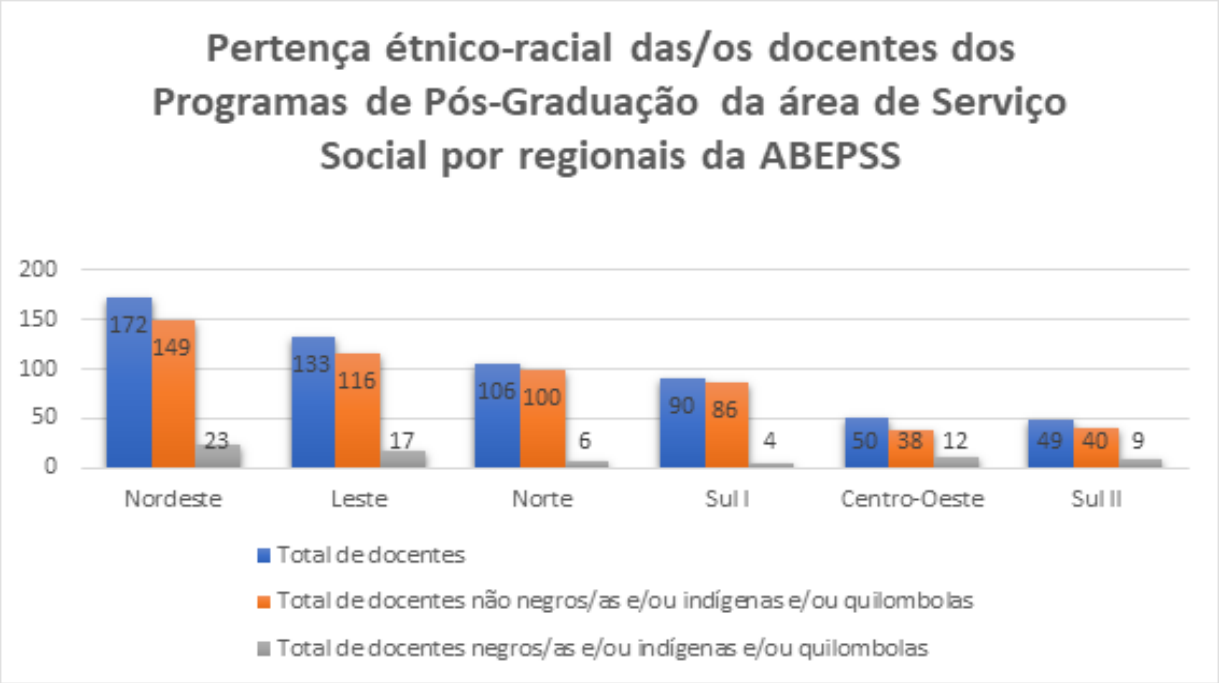
Outro elemento que é preciso destacar é que, ainda dentro desse universo de apenas 71 (11,8%) docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas, não foi possível aprofundar o dado da quantidade de docentes por segmentos, isto é, quantos/as negros/as, indígenas e quilombolas. Numa análise comparativa, considerando o perfil étnico-racial da categoria divulgado recentemente pelo CFESS (2022), bem como os próprios dados desta pesquisa em relação ao perfil das coordenações dos PPGs e também discente, depreendemos que deste quantitativo levantado, a maioria certamente é constituída de negros/as (pretos/as e pardos/as), sendo a existência de docentes indígenas e quilombolas ainda significativamente mais diminuta no interior desse universo já reduzido.

Esse panorama geral, mesmo com limitações, nos indica que há uma discrepância imensa em relação ao perfil étnico-racial docente na pós-graduação em Serviço Social, tendo em vista o número expressivamente diminuto de docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas conforme apontado acima. Dialeticamente, compreendemos que esse é um dado que ganha corpulência e possibilita visualizar mais nitidamente a disparidade étnico-racial, ao ser detalhado a partir das regionais da ABEPSS, conforme o gráfico 2:

[15] Como indicado no texto, trata-se de um dado aproximativo, tendo em vista que além dos dois PPGs que não responderam a essa informação no questionário, também houveram PPGs que possuem docentes negros/as, indígenas e/ou quilombolas, mas responderam que não possuiam ou informaram um número inferior ao existente – eis mais um elemento que evidencia a necessidade de continuidade e aprofundamento desta pesquisa.

[16] Considerando a ausência de informações quanto a pertença étnico-racial do restante do corpo docente que não corresponde a negros/as, indígenas e/ou quilombolas, optamos em nomear como "não-negros/as, indígenas e/ou quilombolas".

Gráfico 2: Pertença ético-racial das/os docentes dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social por regionais da ABEPSS



Fonte: Google Forms - Monitoramento ABEPSS 2022 e site dos respectivos PPGs

Esse gráfico demonstra que, desde a regional que possui menos docentes (Sul II) até a regional que possui a quantidade maior (Nordeste), é possível evidenciar a nítida discrepância e ausência da presença negra, indígena e/ou quilombola enquanto corpo docente nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social. Deve-se investigar como as particularidades étnico-raciais e, inclusive, como o próprio racismo se materializa no âmbito das universidades dessas regionais, considerando os processos seletivos de docentes, o ingresso e permanência nestes programas.

Esse dado por si só não expressa que há um processo de diferenciação étnico-racial na forma como as/os docentes são contratados/as ou credenciados/as nos programas de pós-graduação, mas evidencia a necessidade de sair da aparência numérica, e buscar entender a essência que sedimenta o menor percentual de docentes negras/os, indígenas e/ou quilombolas nos programas da área de Serviço Social.

Especialmente, pelo fato de que esse dado colide frontalmente com a pesquisa sobre o perfil étnico-racial da categoria profissional, divulgado recentemente pelo CFESS

(2022), em que evidencia que a maioria dos/as assistentes sociais no Brasil são negros/as (50,34%), como já sinalizado, sendo que desse quantitativo 37,58% se reconhecem como pardos/as e 12,76% como pretos/as. Ademais, tal pesquisa também demonstra como a articulação entre racismo e o sexismo opera na conformação das desigualdades na realidade brasileira, quando aponta que a maioria de assistentes sociais que atualmente encontram-se desempregadas são mulheres negras (57%) e, ainda, que este é o principal segmento (60%) que recebe as piores remunerações, até 2 salários mínimos.

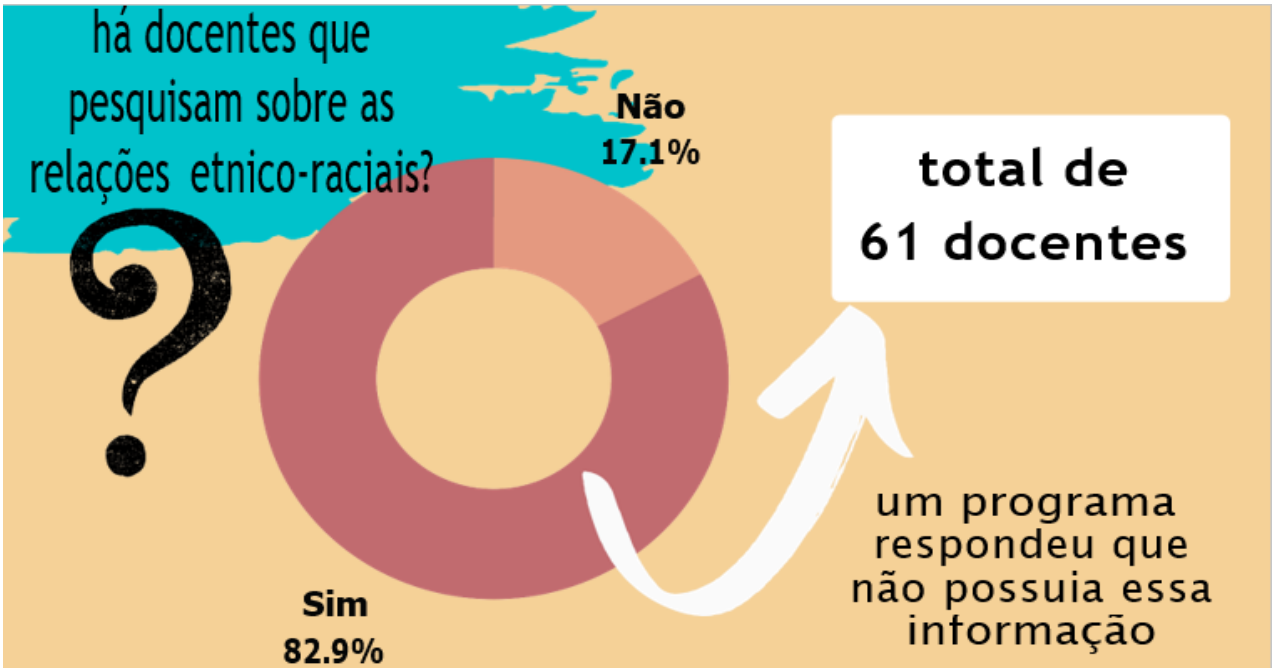
> Sobre o rendimento bruto por pertença étnico/racial, observam-se discrepâncias nos rendimentos mais baixos, pois a renda de 1 a 2 mil reais é bem mais incidente para negras/pretas/pardas/os (4.653) do que para brancas/os (3.095), o que reproduz a situação histórica do mercado de trabalho brasileiro, de menores rendimentos e maior desvalorização para mulheres negras. No inverso, conforme aumentam os rendimentos amplia-se a diferença a favor das/os autodeclaradas/os brancas/os (CFESS, 2022, p. 125-126).

Dessa forma, esses dados expressam como as assimetrias colocadas pelo racismo e pelo sexismo, não só atravessa as populações que atendemos nos diversos espaços sócio-ocupacionais, mas também nos acomete significativamente enquanto profissionais, na medida em que a pirâmide social desigual, com base na pertença étnico-racial e de gênero, também é reproduzida no interior da categoria profissional, enquanto reflexo do racismo estrutural e estruturante das relações sociais no país.

Portanto, compreendemos que esses dados concretos de realidade também nos coloca enquanto tarefa coletiva, a ampliação e aprofundamento da pesquisa sobre a pertença étnico-racial dos/as docentes da pós-graduação da área, buscando os determinantes que conformam essa problemática, haja vista que as particularidades regionais do racismo, os aspectos demográficos, sociais, políticos e econômicos também são necessários para compreender esse fenômeno da baixa quantidade de docentes negros/as na área de Serviço Social.

No que se refere a docentes que pesquisam sobre relações étnico-raciais, os dados revelam que 29 PPGs (82,9%) indicam possuir docentes que pesquisam somente e 6 (17,1%) mencionam que não há docentes estudiosos/as da temática, conforme evidenciado na figura abaixo:

Figura 5: Docentes que pesquisam sobre as relações étnico-raciais



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

A princípio, o fato de 82,9% dos Programas sinalizarem que há docentes pesquisadores/as das relações étnico-raciais, nos leva a considerar como um percentual muito significativo, contudo, quando questionado o quantitativo de docentes que pesquisam frente ao total de docentes do PPG, vemos que esse número é muitíssimo reduzido. Ou seja, entre aqueles/as que pesquisam diretamente a temática ou a trabalham de forma transversal[17], como indicado em algumas respostas, esse número é apenas de 61 docentes em um universo de 600, correspondendo, portanto, **apenas a 10,1%** do total.

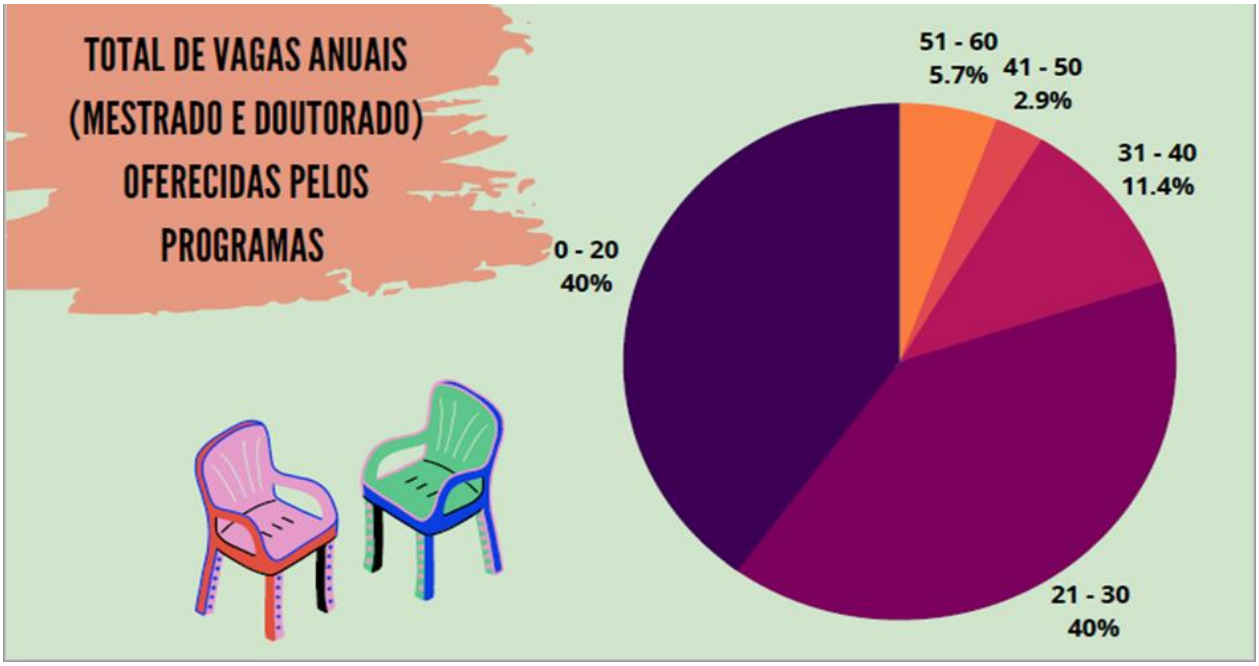
Ademais, pela natureza do questionário, não foi possível identificarmos com profundidade o foco das investigações realizadas por estes/as docentes. Cabe refletir se as pesquisas realizadas vinculam-se diretamente a grupos de pesquisa voltados à questão étnico-racial, inscritos nos PPGs ou se são pesquisas "isoladas" pela ausência desses grupos, disciplinas e/ou linhas de pesquisas que tratem da temática.

[17] De acordo com as respostas obtidas no formulário, ao menos 40% desse quantitativo que já é reduzido, trabalham de maneira "transversal" e isso evidencia de forma muito nítida que, no panorama geral da pós-graduação na área, as relações étnico-raciais não estão no âmbito das prioridades e sendo trabalhadas de maneira significativa. Ademais, cabe a reflexão sobre esta "transversalidade", visto que não raras corre-se o risco do conteúdo dissipar-se, nesse sentido, compreendemos a importância de tratar o debate na transversalidade, mas sem perder de vista a necessidade da sua especificidade.

4. INFORMAÇÕES SOBRE VAGAS E SISTEMAS DE COTAS

Neste item buscamos analisar como vem se constituindo a oferta de vagas anuais dos Programas de Pós-Graduação no âmbito do mestrado e doutorado. Destaca-se que o mestrado apresenta um maior número de ofertas, considerando que esta modalidade está presente em todos os PPGs pesquisados.

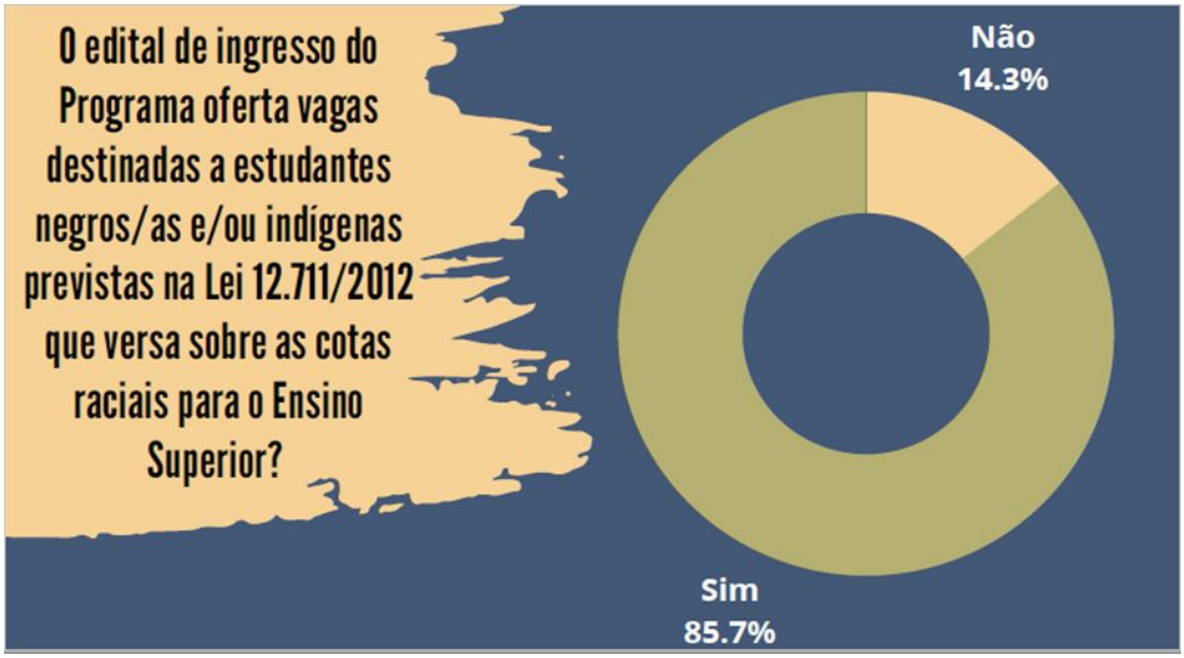
Figura 6: Vagas anuais para mestrado e doutorado ofertadas pelos Programas



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Dos programas de pós-graduação que participaram da pesquisa, 15 ofertam o curso de mestrado e 20 ofertam os cursos de mestrado e doutorado. Quanto à disponibilidade anual de vagas, 09 programas não discriminaram a quantidade de vagas para cada nível (mestrado e doutorado), totalizando 250 vagas. Um programa respondeu que as vagas oscilam dependendo da condição do corpo docente, com uma média de 15 a 20 vagas para o mestrado e 10 a 16 para o doutorado. Outro também respondeu que as vagas oscilam entre 17 e 19 vagas para o mestrado e os demais especificaram a quantidade de vagas, sendo 421 vagas destinadas ao mestrado e 161 ao doutorado. Assim, observa a preponderância de cursos e vagas para o mestrado.

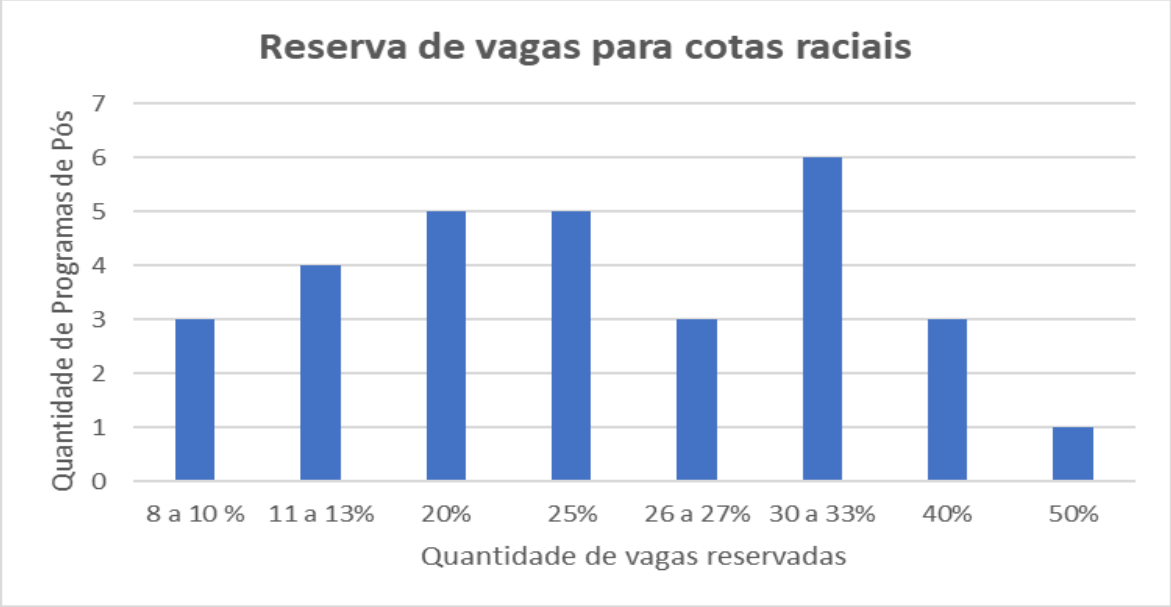
Figura 7: Edital de cotas raciais no ensino superior



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

A maioria (85,7%) dos editais de ingresso dos programas de pós-graduação destinam vagas a estudantes negras/os e indígenas. Entretanto, 14,3% não apresentam essa disponibilidade de vagas, o que corresponde a cinco (5) programas. Ou seja, ainda não cumprem com o disposto na Lei 12.711/2012, referente a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negros/as (pretas e pardas) e indígenas.

Gráfico 3: Reserva de vagas para cotas raciais nos PPGs



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Quanto à porcentagem de reserva de vagas para pessoas negras e indígenas, o artigo 5º da legislação supracitada estabelece que a proporção deve ser no mínimo igual à quantidade do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da Federação onde está instalada a instituição. Evidencia-se no gráfico 2 que somente um programa reserva 50% das vagas. Destaca-se que 08 editais apresentam porcentagem de reservas de vagas distintas para pessoas negras, quilombolas e indígenas. Ainda, um programa respondeu que o edital não prevê reserva de vagas, mas descreveu que 30% das vagas são para pessoas negras e indígenas. Outros dois não informaram a quantidade de vagas reservadas, sendo que um programa respondeu que é realizada uma proporcionalidade a partir do número de vagas e aprovados, sendo esta uma questão que requer maior detalhamento.

5. INFORMAÇÕES SOBRE O CORPO DISCENTE

No que se refere a condição étnico-racial dos/as discentes dos PPGs da área de Serviço Social, a pesquisa realizada evidenciou que ainda há um longo caminho a ser percorrido para, de fato, enegrecermos as universidades e a pós-graduação na área – o que demanda a luta permanente pela defesa das cotas raciais na graduação e pós, políticas de assistência e permanência estudantil, ampliação do número de bolsas ofertadas e também reajuste do valor, haja vista que em março de 2023 irão se completar 10 anos sem reajuste e o valor atual das bolsas de mestrado e doutorado se encontra demasiadamente defasado e insuficiente para atender as necessidades mínimas de permanência na pós-graduação, conforme análise da Associação Nacional de Pós-graduandos/as (ANPG)[18] e do próprio presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)[19].

Cabe ressaltar que na pesquisa recém publicada pela ABEPSS (2022) sobre o *"ERE e pós-graduação na área de Serviço Social: retorno ao ensino presencial e/ou*

[18] Vale destacar a campanha nacional em curso organizada pela ANPG para reajuste das bolsas. Disponível em: https://www.anpg.org.br/04/02/2022/campanha-nacional-pelo-reajuste-ja-das-bolsas-de-estudos/.

[19] O presidente da SBPC Renato Janine Ribeiro avalia que os atuais valores das bolsas de mestrado e doutorado são insuficientes para viabilizar a permanência de estudantes na pós-graduação. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Ver mais informações em: *Sem reajuste há nove anos, bolsa de pós-graduação se aproxima do salário mínimo*. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sem-reajuste-ha-nove-anos-bolsa-de-pos-graduacao-se-aproxima-do-salario-minimo/.

híbrido"[20], realizada com os mesmos 35 PPGs que responderam a esta pesquisa sobre o debate étnico-racial, ficou evidente a fragilidade e/ou inexistência de políticas de permanência para estudantes de pós-graduação na área. Os dados coletados junto aos programas da área apontaram que 19 (54,5%) PPGs oferecem internet; 12 (34,2%) aparelhos eletrônicos; 8 (22,8%) alimentação; 5 (14,2%) moradia; e 1 (0,2%) creche; no entanto, 11 (31,4%) não oferecem nenhum tipo de assistência às e aos pós-graduandos/as (ABEPSS, 2022). Nesse sentido, concordamos que:

> Os dados evidenciam uma situação de precarização de ações e iniciativas de assistência estudantil, particularmente quanto a serviços básicos que em muito contribuem para a democratização do acesso à educação superior e especificamente à pós-graduação. Se pensarmos que 11 (31,4%) não oferecem qualquer tipo de assistência e que 27 (77,1%) das instituições pesquisadas não oferecem alimentação, entendemos que a assistência estudantil se caracteriza pela precarização e enfrenta grandes desafios para a permanência discente (ABEPSS, 2022, p. 58).

Essa realidade, que nos causa profunda preocupação quanto à permanência discente no contexto da pós-graduação, deve nos mobilizar a construir estratégias coletivas frente a esse cenário, especialmente levando em consideração o perfil de discentes que cada vez mais tem ocupado os cursos de mestrado e doutorado na área do Serviço Social. Conforme pesquisa também realizada pela ABEPSS na gestão 2017-2018 sobre o perfil discente da pós-graduação[21], estas/es são em sua maioria mulheres (83%), pardas/os (32,5%), pretas/os ou quilombolas (19,4%), indígenas (0,2%), 1/3 com renda familiar de até 3 salários mínimos e a maioria (69%) precisam exercer atividade laboral durante a pós-graduação para complementar a renda.

Destacamos tais elementos, pois compreendemos ser fundamental não perdermos de vista a concretude em que se situa os desafios vivenciados pelos/as discentes no âmbito da pós-graduação, visto que essa condição objetiva também impacta diretamente na possibilidade de permanência destes/as estudantes na pós, cujos desafios históricos foram significativamente exponenciados no contexto da pandemia com a adesão ao ERE. Assim,

[20] Monitoramento Graduação e Pós-Graduação - A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/abepss-monitoramento-ere-graduacao-e-posgraduacao-20221202172454628550 0.pdf.

[21] A pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social realizada pela ABEPSS se encontra discponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-20200402101618871297 0.pdf.

> Deve-se levar em consideração nessa análise, obviamente, a condição concreta de classe e, por conseguinte, as limitações materiais e objetivas não apenas de permanência na pós-graduação, mas também de ingresso. Ou seja, o que chamamos a atenção é em relação ao perfil de estudantes que cada vez mais tem chegado na pós-graduação (ABEPSS, 2021, p. 64).

Esboçamos essas breves reflexões para situar os dados obtidos nesta pesquisa realizada, no que diz respeito ao perfil discente nos PPGs. Em que pese o fato de todos os Programas que participaram da pesquisa 35 (100%) terem informado que existem estudantes negros/as e/ou indígenas, esse percentual é muito diminuto se comparado a totalidade dos/as estudantes de pós-graduação.

De acordo com as informações obtidas nos formulários através das respostas das coordenações dos PPGs, a presença de estudantes negros/as e indígenas é somente 20,9% conforme evidenciado na figura abaixo:

Figura 8: Pessoas negras e indígenas nos Programas de Pós-Graduação

Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Os dados refletem uma disparidade hercúlea no que diz respeito a presença de estudantes negros/as e indígenas nos PPGs, sobretudo frente ao dado divulgado recentemente pelo CFESS (2022) em que evidencia que a categoria é majoritariamente

negra (50,3%), o que mostra uma significativa contradição e reprodução da pirâmide da desigualdade étnico-racial também no interior da profissão, enquanto decorrência do racismo estrutural, na medida em que mesmo a categoria sendo maioria negra, este segmento continua não acessando de forma efetiva o espaço acadêmico na pós-graduação, evidenciando também o quanto ainda precisamos avançar pra romper caráter histórico elitista e racista das universidades brasileiras.

Nos chama atenção, em especial, a ausência indígena e esta realidade deve nos mobilizar cada vez mais a construir estratégias para ingresso de indígenas na pós-graduação na área. Nesse ínterim, é oportuno compartilharmos aqui algumas das reflexões e provocações realizadas na formação interna da CTT sobre a *"Questão indígena e Serviço Social"*[22], em que o/as facilitador/as nos mobilizaram a refletir quanto à necessidade da população indígena sair do lugar do público alvo das políticas sociais para ocupar também o espaço enquanto profissionais, pesquisadores/as, gestores/as. Além disso, sinalizaram a reduzida – quase inexistente e também invisibilizada – produção acadêmica sobre a questão indígena na área e que precisamos nos interrogar diuturnamente quanto a isso, visto que este debate é também constitutivo e necessário para a compreensão da questão social no Brasil, o que demanda avançarmos nos estudos e discussões acerca da presença negra e indígena no contexto latinoamericano e na conformação do capitalismo nesse território.

Outro aspecto que é preciso destacar, é que esse dado sobre a presença de estudantes negros/as e indígenas coletado junto aos PPGs, também merece reflexão e carece de aprofundamento em termos de continuidade da pesquisa. Vejam que essa informação acima contrasta frontalmente com a pesquisa realizada na gestão 2017-2018 sobre o perfil de pós-graduandos/as. Avaliamos que há elementos nesse processo que podem ser justificadores dessa disparidade, em especial o fato de que a pesquisa realizada anteriormente pela ABEPSS sobre o perfil discente da pós-graduação corresponde a uma amostra de apenas 30% dos/as discentes da área, conforme apontado no relatório da referida pesquisa (ABEPSS, 2018).

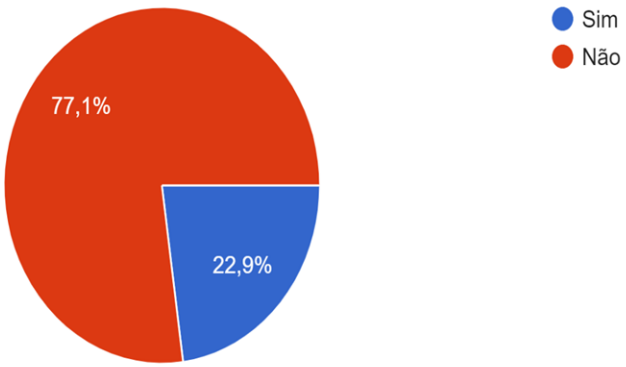
Ademais, há outro elemento fundamental a ser levado em consideração, que diz respeito à imprecisão de algumas respostas dadas por algumas coordenações, ao sinalizar

[22] A importantíssima formação realizada com os/as componentes da CTT "Formação antirracista e promoção da igualdade étnico-racial" foi conduzida pela Dra. Elizângela Cardoso de Araújo Silva (Eliz Pankararu), Doutoranda Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira (pesquisadora indígena Kaingang) e pelo Dr. Wagner Roberto do Amaral, as/o quais/qual também contribuíram com a construção das ações da referida comissão, a convite da ABEPSS.

que não possuíam essa informação, ou que a possuíam parcialmente, e que seria necessário realizar um levantamento para responder com precisão. Ainda, há o fato de que possivelmente pode haver estudantes negros/as e indígenas que também não ingressaram no PPG através do sistema de cotas e não foram considerados/as nesse quantitativo. Portanto, apresentamos estes dados e estas reflexões, ratificando a necessidade de continuidade de pesquisas, debates e análises junto aos Programas de pós-graduação da área de Serviço Social.

Ainda no que tange a dimensão discente, as coordenações dos PPGs foram indagadas se há demandas específicas apresentadas pelos/as estudantes negros/as e indígenas no âmbito do PPG, e os dados evidenciaram que 27 (77,1%) dos programas identificam que não e somente 8 (22,9%) avaliam que há demandas específicas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4: Demandas específicas apresentadas por estudantes negros/as e indígenas



Fonte: Formulário Google Forms - Monitoramento ABEPSS 2022

Entre os PPGs que sinalizaram existir tais demandas, apontam como exemplos elementos que precisamos refletir e pensar coletivamente em estratégias, tendo em vista que se tratam de desafios concretos que atravessam o cotidiano da vida desses/as discentes e que precisam ser considerados. Dentre as respostas, destacamos:

> *"Permanência simbólica no Programa por meio da contratação de docentes negros/as, construção do acervo e construção de uma plataforma antirracista"*

> *"Disponibilidade a mais de horários na grade de horários para quem trabalha; Adequação do uso de terminologias; Solicitação da residência para os indígenas"*
>
> *"Orientação por docentes negros/as; inserção de discussões específicas e de bibliografias de autores/as negros/as; realização de atividades sobre a temática"*
>
> *"Debates sobre o tema e ampliação das ações afirmativas"*
>
> *"Ampliação das cotas no processo seletivo"*
>
> *"Estudos, pesquisas e debates regulares sobre a temática, ampliação de bolsas, política de permanência"*

Destarte, trata-se de demandas concretas que não estão dissociadas aos processos de precarização e desfinanciamento que atravessam a educação superior e a pós-graduação no país, bem como os desafios que dizem respeito ao perfil e à condição objetiva de classe desses/as pós-graduandos/as – o que, obviamente, nos convoca à construir o fortalecer o conjunto mais amplo das lutas por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada; por políticas de permanência estudantil na pós-graduação, ampliação de bolsas, etc.

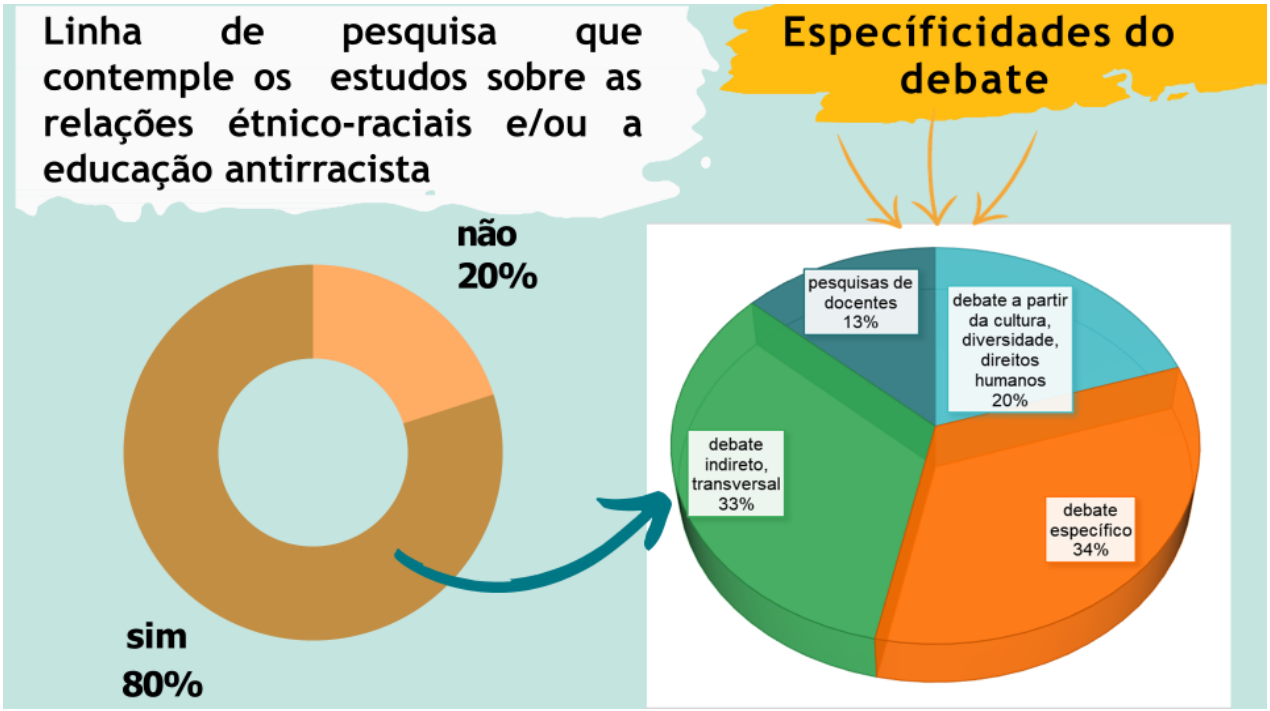
Contudo, também há questões apontadas que nos convidam à reflexão e autocrítica coletiva enquanto categoria, sobre a necessidade de nos qualificarmos e avançarmos nos estudos e pesquisas sobre as relações étnico-raciais, construindo debates e atividades no interior dos Programas, ampliando e fortalecendo as pesquisas e produções na área, contribuindo e qualificando cada vez mais a profissão para a construção de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas efetivamente antirracistas, o que, sem dúvidas, significa fortalecer a própria direção emancipatória do Projeto Ético-Político do Serviço Social construído nas últimas décadas (MOREIRA, 2020).

6. INFORMAÇÕES SOBRE LINHAS DE PESQUISA E DISCIPLINAS

Os dados da pesquisa nos permitem apropriar acerca da constituição das linhas de pesquisa e disciplinas ofertadas nos PPGs no que tange o debate sobre as relações étnico-raciais e educação antirracista. Uma análise pormenorizada possibilita inferir que o

número de ofertas ainda é diminuto no conjunto dos programas. Portanto, requer dos/as profissionais vinculados aos PPGs maior prioridade quanto a inscrição dessa pauta.

Figura 9: Linhas de Pesquisa que contempla estudos sobre as relações étnico-raciais



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

O dado geral do gráfico revela significativa inscrição de linhas de pesquisa (80%) que contemplam estudos sobre as relações étnico-raciais e educação antirracista. Todavia, a análise mais detalhada permite inferir que esse percentual corresponde efetivamente a 34% das linhas de pesquisa que priorizam o debate específico sobre essa questão.

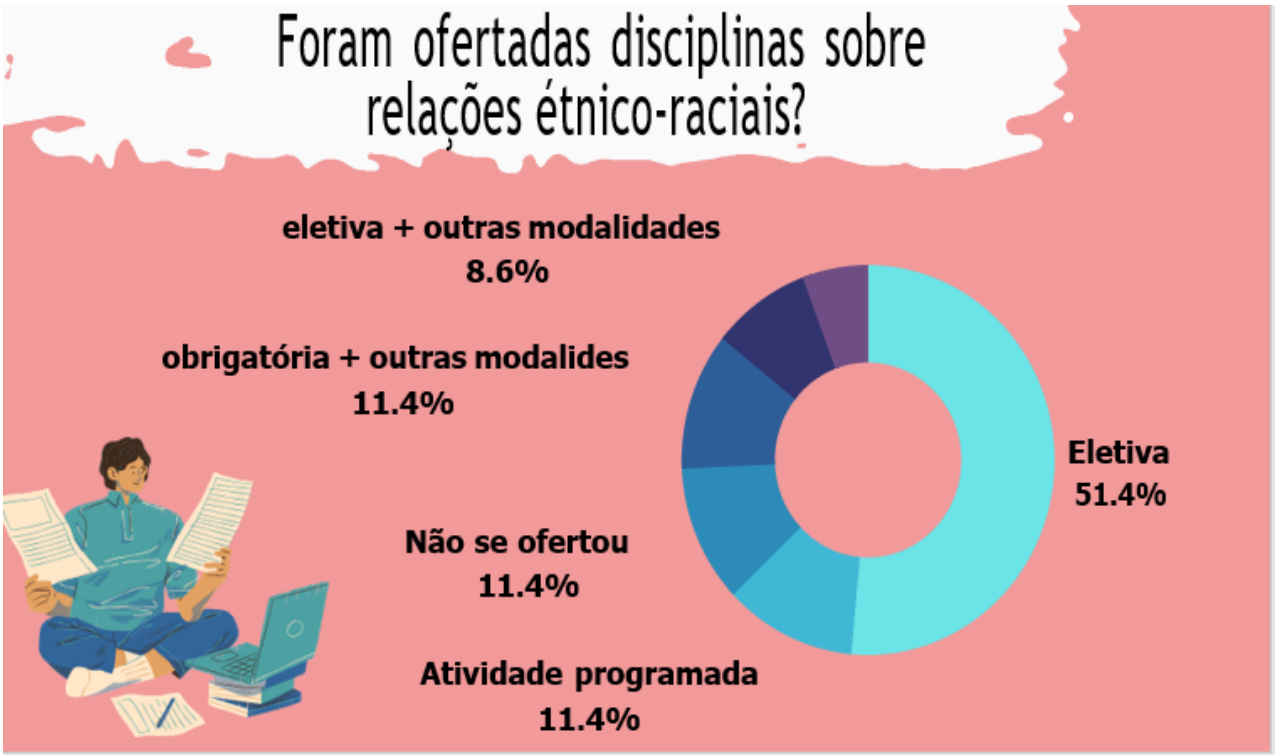
Considerando os dados sistematizados verifica-se que há um debate tangencial sobre as relações étnico-raciais e educação antirracista nos programas uma vez que 53% não aborda diretamente essa questão, visto que há um percentual de 33% que corresponde ao debate indireto e transversal e 20% referem a inscrição da temática a partir da cultura, diversidade e direitos humanos.

De acordo com a natureza da pesquisa, não é possível identificar detalhadamente a forma de inscrição do debate étnico-racial nestas linhas de pesquisa. Os/as respondentes referem que há 13% dos/as docentes que realizam pesquisas específicas sobre a temática,

mas, não há referência se estas pesquisas estão vinculadas ou não às linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação.

No que tange às disciplinas que abordam a questão étnico-racial, mais de 50% (51,4%) dos PPGs mencionaram que oferecem disciplinas relativas à temática na modalidade eletiva. Há 11,4% dos programas que referem a oferta na modalidade "obrigatória + outras modalidades", todavia, a chamada "outras modalidades" não está explícito no debate, mas supõe-se que dentre elas possam estar seminários temáticos. Ademais, 11,4% dos PPGs não ofertam disciplinas em nenhuma das modalidades e outros 11,4% mencionam que oferecem como atividade programada, as quais podem estar vinculadas a seminários e atividades entre núcleos de pesquisa, sobre questões transversais.

Figura 10: Disciplinas ofertadas sobre as relações étnico-raciais



Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Em síntese os dados apresentados revelam que 82,8% dos programas de Pós-Graduação ofertam, de alguma forma, disciplinas que abordam a questão étnico-racial, todavia, somente 11,4% sinalizam que consta como disciplina obrigatória + "outras modalidades", o que é significativamente preocupante, tendo em vista que o debate das

relações étnico-raciais, numa perspectiva de totalidade histórica e na coerência com a direção social do projeto de formação inscrito nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), também implica uma discussão transversal, além do debate específico, a qual deve estar presente em todos componentes curriculares e atividades formativas (MOREIRA, 2020).

Observa-se que não se evidencia a real prioridade quanto ao debate étnico-racial nos programas de pós-graduação, ainda que reconhecemos que alguns PPGs destacam a ascendência dessa discussão, mas de forma ainda bastante incipiente. Se a oferta da disciplina é uma dúvida, constatamos também que a forma de oferta é duvidosa quanto ao aprofundamento teórico e produção de conhecimentos relativos à questão étnico-racial. Os dados sistematizados nos alertam quanto a efetiva materialização do projeto ético-político profissional, pois:

> O projeto ético-político profissional nos guia para uma formação, uma produção intelectual e uma intervenção profissional livre de preconceitos e de discriminação. No entanto, temos que relançar com mais força o grito por um Serviço Social antirracista. Obrigatoriamente, isso passa pelo compromisso de trabalharmos as temáticas de raça/etnia, classe, gênero e sexualidades como categorias interligadas, não somente como categorias de análise, mas como constitutivas de uma práxis (FERRUGEM e MACHADO, 2022, p. 460)

Figura 11: Ano de início da oferta de disciplinas nos Programas de Pós-Graduação

Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Ao analisarmos a figura acima, verificamos que a mesma apresenta crescente evolução quanto ao número de disciplinas ofertadas nos Programas de Pós-Graduação, em especial nos últimos 5 anos. Destaca-se que entre as respostas, o PPG pioneiro em ofertar disciplina sobre relações étnico-raciais, informa que esta iniciou-se em 2007, contudo, deste ano até 2016 observamos um avanço muito incipiente, quase inexistente, em relação a inserção desta discussão nos Programas da área, sendo que o maior aumento evidenciado de oferta de disciplinas entre os PPGs é no período de 2017-2021.

Considerando outros estudos correlatos, mesmo que ainda em número significativamente reduzido conforme evidenciado anteriormente, esse dado poderá ser relacionado ao ingresso de docentes negros/as nos PPGs, bem como às demandas discentes quanto a inscrição da questão étnico-racial e da educação antirracista nos currículos de Pós-Graduação. Todavia, também apontamos aqui a necessidade em dar continuidade e aprofundamento a estas análises.

Considerando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional inscrita nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e o compromisso das entidades da categoria com um perfil profissional antirracista, compreendemos que o momento atual, marcado pela ofensiva do capital, pelo conservadorismo, fascismo, exponenciação do racismo e da intolerância, requer vigilância crítica ao legado construído pela profissão, bem como a construção e fortalecimento de estratégias que possibilitem avançar nesta direção – "e isso não é possível de ser feito se a questão étnico-racial e a luta antirracista não estiverem na 'ordem do dia' da formação e trabalho profissional, sendo pautadas constantemente pelas entidades da categoria" (MOREIRA, 2020, p. 133).

7. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES EXTRAS, PRODUÇÕES DE DISSERTAÇÕES E TESES

Além de buscarmos compreender a realidade no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social quanto a presença de disciplinas e linhas de pesquisas sobre relações étnico-raciais, também perguntamos às coordenações dos PPGs se houveram outras atividades em que este debate esteve presente enquanto centralidade.

No que concerne a essa informação, 30 (85,7%) Programas mencionaram que sim e somente 5 (14,3%) disseram que não houveram outras atividades em que o debate étnico-racial foi abordado. Entre os PPGs que realizaram atividades de outra natureza, não circunscritas no contexto das disciplinas e linhas de pesquisa, destaca-se entre as

respostas a realização de eventos, em especial palestras. Também mencionaram realização de cursos e seminários abertos, projetos de extensão, aulas abertas e inaugurais, simpósios, congressos e oficinas, em que o debate sobre a igualdade étnico-racial, diversidade, povos indígenas e interseccionalidade foram preponderantes. Entre as falas, destaca-se também que alguns Programas relatam a construção destas atividades em parceria com o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) da Universidade.

No que se refere a produção de dissertações e teses que tratam da questão étnico-racial nos últimos 5 anos, identificamos através das respostas das coordenações dos PPGs que nesse período foram produzidas aproximadamente 177 pesquisas relacionadas, conforme figura abaixo.

Figura 12: Produção de dissertações e teses que abordam as relações étnico-raciais

Fonte: Elaboração CTT - ABEPSS 2022

Destaca-se que houveram 5 PPGs que mencionaram não possuir essa informação. Em que pese o fato do número apresentado (177) também considerar pesquisas tranversais, apreedemos que, tendo em vista todas as lacunas e desafios históricos em relação à garantia do debate das relações étnico-raciais, em especial na pós-graduação, trata-se um número relevante para área, bem como de indicativo da ascendência de pesquisas vinculadas a temática no interior dos PPGs de Serviço Social.

8. ALGUMAS ORIENTAÇÕES ACADÊMICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICAS PARA O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL

Frente às reflexões aqui apresentadas e com base nos acúmulos construídos no âmbito da CTT *"Formação antirracista e promoção da igualdade étnico-racial"* no último biênio (2021-2022), elencamos abaixo algumas orientações e sugestões para continuidade do debate étnico-racial na área do Serviço Social, no âmbito da graduação e da pós-graduação, considerando os avanços já construídos pela ABEPSS[23], haja vista que nas últimas gestões a entidade vêm acumulando significativamente acerca desta discussão, realizando uma série de produções, debates através do Projeto ABEPSS ao Vivo, bem como construindo propostas concretas para a formação acadêmico-profissional numa perspectiva efetivamente antirracista.

Nesse sentido, considerando que para além da importância de garantir a sua especificidade, o debate das relações étnico-raciais precisa se constituir enquanto *viés analítico* no processo de formação, perpassando todos os componentes curriculares, destacamos a necessidade:

- ✓ De dar continuidade a esta CTT no interior da ABEPSS, visando que não seja somente uma Comissão Temporária de Trabalho, mas sim permanente, tendo em vista todos os acúmulos empreendidos através da CTT no último biênio;

- ✓ Do aprofundamento da presente pesquisa "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)", com vistas a dar continuidade nessa discussão no âmbito da pós-graduação, a partir da realidade concreta dos Programas;

- ✓ Da apropriação e discussão permanente do documento "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" (2018), a fim de qualificar a formação graduada e pós-graduada, a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão;

[23] Conforme apresentado na matéria **"ABEPSS assume o compromisso com ações de combate ao racismo"**, publicada em 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-assume-o-compromisso-com-acoes-de-combate-ao-racismo-469.

- ✓ De realizar uma ampla revisão programática na estrutura curricular dos programas de pós-graduação em Serviço Social, com a inclusão de autores/as negros/as/es, indígenas e quilombolas nas disciplinas e demais atividades;

- ✓ Da apropriação dos materiais indicados na Plataforma Antirracista (2022), disponível no site da ABEPSS, para contribuir com a incorporação do debate étnico-racial, bem como subsidiar os processos de revisão dos Projetos Político-Pedagógicos para os cursos de graduação e revisão dos Currículos para a pós-graduação;

- ✓ De avançar incisivamente no debate sobre a questão indígena, considerando que se o debate das relações étnico-raciais possui significativas lacunas, a discussão sobre a questão indígena carece ainda mais de acúmulo e aprofundamento na área;

- ✓ Dos PPGs realizarem a autodeclaração étnico-racial de docentes e discentes, considerando a fragilidade de dados evidenciada nesta pesquisa, bem como o fato de que as informações sobre o perfil do corpo docente, por exemplo, terem se dado sobretudo a partir da heteroidentificação das coordenações dos PPGs e não a partir da autodeclaração do próprio corpo de docentes;

- ✓ De fortalecer a luta permanente para a construção e ampliação de cotas para ingresso discente na pós-graduação e também para ingresso de docentes na graduação e na pós-graduação;

- ✓ De nos somarmos coletivamente nas diversas trincheiras de luta contra o racismo no país, tendo em vista que o enfrentamento ao racismo e a todas as formas de desigualdades dele decorrentes, não se trata de uma escolha, mas sim de um compromisso ético-político da profissão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial*. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-20210614134448508248O.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

ABEPSS. *Ensino Remoto Emergencial (ERE) e Pós-Graduação na área de Serviço Social: retorno ao ensino presencial e/ou híbrido.* Brasília, 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/abepss-monitoramento-ere-graduacao-e-posgraduacao-20221202172454628550O.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

ABEPSS. *Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social.* Brasília, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-20200402101618871297O.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.

ALMEIDA, Silvio de. *O que é racismo estrutural?*. Letramento, Belo Horizonte, 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). CARVALHO, Denise; SANTANA, Joana; STAMPA, Inez. *Documento de Área. Área 32: Serviço Social.* Brasília: Ministério da Educação, 2019.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

EURICO, Márcia Campos. *Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf. Acesso em: 29 de nov. de 2022.

FERRUGEM, Daniela; MACHADO, Loiva. *Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário*. In: SER Social. Pandemia de Covid-19 e Políticas Sociais (p. 446-463). Brasília (DF), v. 25, nº 51, jul-dez.2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38842/34007. Acesso em 01 dez. 2022.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Crise do Capital e Pandemia: a "Questão Social" atravessada por determinações do racismo.* In: EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos. Questão racial, Serviço Social e desafios contemporâneos. 1a. ed. Campinas: Papel Social, 2021.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. *Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo*. Belo Horizonte/MG: Letramento, 2020.